

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ---- / 2026
Processo Licitatório nº -- / 2026 – Pregão Eletrônico nº --- /2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE COMENDADOR GOMES E A EMPRESA

.....

O **MUNICÍPIO DE COMENDADOR GOMES**, com sede na com sede Praça Manoel Bertoldo Silva, 31 – Bairro Centro, na cidade de Comendador Gomes/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.449.173/0001-57, neste ato representado pelo **Prefeito**, portador da Matrícula, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) Empresa, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº .../2026 – Pregão Eletrônico/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de rastreamento, monitoramento eletrônico e gerenciamento da frota de veículos do Município de Comendador Gomes/MG.
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.2.1. O Termo de Referência;
 - 1.2.2. O Edital da Licitação;
 - 1.2.3. A Proposta do contratado;
 - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (Doze) meses, contados da data de assinatura do contrato pelo contratado, podendo ser prorrogado sucessivamente, conforme previsão legal contida na Lei Federal n.14.133/2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
- 3.2. Para esta contratação a gestão será exercida por Iza Santos Tavares para exercer a função de Fiscal de Contrato, sob a Lei Federal nº 14.133/2021.
- 3.3. Os equipamentos serão fornecidos em forma de comodato pelo vencedor da licitação e o custo dos mesmos será de responsabilidade da Contratada.
- 3.4. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade nas Especificações Técnicas do equipamento a ser embarcado nos veículos:
- 3.5. Rastreamento em tempo real.
 - Histórico completo de trajetos.
 - Reconhecimento automático de velocidade no mapa.
 - Diferenciação de velocidade por cores.
 - Relatório de múltiplos trajetos em uma única tela.
 - Diversos relatórios: trajetos, velocidade, ignição, paradas, motorista, abastecimento e alertas.
 - Cercas eletrônicas e alertas personalizados.
- 3.6. Identificação do Motorista
 - Reconhecimento automático do condutor.
 - Histórico e relatórios individuais.
 - Controle de uso indevido.

3.7. Controle de Abastecimento

- Registro de abastecimentos.
- Relatórios de consumo e média.
- Identificação de abastecimentos fora do padrão.

3.8. Suporte e Infraestrutura

- Acesso via computador e aplicativo.
- Treinamento da equipe.
- Suporte contínuo e atualizações automáticas.
 - O Sistema deverá integrar as informações de latitude e longitude para a geração de rotas e de localização dos veículos com a definição instantânea da quilometragem percorrida e acumulada no período solicitado, bem como o sistema deverá possibilitar a geração virtual das rotas através de mapas, com a previsão de km (quilômetros) a ser percorrida e indexação das estradas vicinais e das propriedades de destino, com a possibilidade de cadastramento de novos pontos de interesse da CONTRATANTE e com a funcionalidade de exportação para arquivo PDF e XML.

3.8.1. As falhas na transmissão de informações que afetem à aferição da quilometragem percorrida pelos veículos para fins de pagamento deverão vir especificadas no corpo do relatório de extração de quilometragem emitido pelo gestor da empresa prestadora de serviço no intervalo de tempo afetado, conferido e assinado pelo responsável no setor da prefeitura.

3.8.2. O Sistema deverá possuir em seu banco de dados o cadastro de latitude e longitude com nome das Propriedades Rurais do Município e das Escolas: (municipais, estaduais e demais que tenham atendimento de transporte escolar) e Rural, com a indexação das coordenadas a serem requisitadas pelo software de maneira que seja possível o fornecimento da informação com o nome do local onde se encontra o veículo rastreado, bem como a quilometragem percorrida, velocidade dos veículos, e seus respectivos relatórios.

3.8.3. Produção automatizada de cópia de segurança (backup) de até 3 meses de todos os dados das rotas executadas em formato digital, com software específico para a armazenagem e consulta instantânea.

3.8.4. O Sistema deverá possibilitar a apresentação de mapas com a visualização instantânea através do WEB CELULAR (aparelho Celular).

3.8.5. O Sistema deverá fornecer os seguintes relatórios:

- De quilometragem percorrida em efetivo serviço, por diversos intervalos de tempo em um mesmo dia.
- Dos veículos que ultrapassaram os limites da cidade de Comendador Gomes-MG;
- De velocidade atingida pelos veículos;
- De trajeto percorrido (via mapas), conforme as especificações anteriores deste Termo de Referência;
- De quilometragem total, por dia, mês e ano, independentes entre si, por motorista, com a respectiva identificação do veículo (ex: no dia tal, motorista “x” fez “x” km, no mês “x”, fez “x” quilômetro);
- Conversão dos relatórios de pagamento/controle de quilometragem estimada para o programa PDF.

3.8.6. A contratação e o pagamento das operadoras de telefonia móvel e provedores de Internet para a comunicação de dados entre a frota e o Datacenter serão de responsabilidade da Licitante, bem como as transferências de dados locais no Datacenter. Os custos de telefonia fixa e as conexões de Internet nas secretarias serão de responsabilidade da Administração.

3.8.7. As rotas, pontos (residências, escolas e demais), cercas e alertas deverão ser cadastrados pelos colaboradores usuários do sistema na contratante (administração do município).

3.8.8. O sistema deverá fornecer relatório de quilometragem percorrida em efetivo serviço, por diversos intervalos de tempo em um mesmo dia, de forma concomitante.

3.8.9. A empresa a ser CONTRATADA para prestar os serviços em questão deverá colocar à disposição da Prefeitura Municipal de Comendador Gomes-MG, pessoal habilitado à realização dos serviços contratados.

3.8.10. As despesas da taxa de instalação por módulo de rastreamento instalado, estão inclusos no valor global da proposta da CONTRATADA.

3.9. A empresa contratada deverá atender aos requisitos exigidos no Edital/Termo de referência nos itens que lhe compete, tendo como obrigações principais, que o item ofertado atenda todas as exigências de especificação, critérios de sustentabilidade, atendendo as normativas, que couber.

3.10. A entrega dos serviços deverá ser feita conforme necessidade da Secretaria Municipal, devendo ser entregue no prazo constante neste termo, após o recebimento da Autorização de Fornecimento (AF), emitida pela CONTRATANTE, que será encaminhada pelo e-mail da licitante vencedora, podendo desdobrar-se em:

3.10.1. Os serviços deverão ser inicializados e minimamente implementados em prazo inicial de **até 5 (cinco) dias** após a solicitação, visando a inicialização da instalação dos equipamentos e posteriormente o acompanhamento das demandas;

3.11. Em caso de não entrega dos serviços, estará caracterizada a não aceitação, por parte da empresa vencedora. Nesta hipótese, é facultado ao Município aplicar as sanções previstas em Lei, bem como convocar os licitantes remanescentes, com observância da ordem de classificação, em igual prazo e nas mesmas condições, inclusive preços

3.12. Ficará sob a responsabilidade do fornecedor a entrega dos serviços, devendo o mesmo providenciar mão de obra para a entrega/execução dos mesmos. Ficando vedado ao vencedor entregar quantidade e qualidade diversas ao que foi solicitado.

3.13. A empresa deverá fornecer RELATÓRIOS sobre a execução dos serviços, conforme formato e periodicidade estabelecidos pela Administração, contendo no mínimo:

3.13.1. Descrição dos Serviços Executados: Relatar detalhadamente as atividades realizadas, incluindo data, horário e local de execução dos serviços, quilometragem.

3.14. Os relatórios devem ser entregues ao fiscal do contrato ou ao setor responsável na Administração, dentro do prazo estabelecido, para análise e aprovação. A Administração poderá solicitar ajustes, esclarecimentos ou informações adicionais, caso necessário.

3.15. Ficam os licitantes vencedores obrigados a reparar, corrigir, substituir ou remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da aquisição em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções. Os serviços que estiverem em desacordo com as especificações exigidas, apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso, serão recusados e devolvidos parcial ou totalmente, conforme o caso, ficando a CONTRATADA obrigada a substituí-los no prazo de 24hrs (vinte e quatro horas), contados da data de recebimento da notificação escrita, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução, sendo que a CONTRATADA deverá assumir os custos de devolução/frete desses produtos.

3.16. Informa-se que os serviços não serão contratados integralmente de forma imediata, dependerão da quantidade de veículos que as secretarias requisitantes farão as implementações, razão pela qual determina-se que os serviços serão contratados de forma parcial, conforme os veículos constantes na tabela acima estiverem prontamente adequados a receberem os serviços.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total estimado da contratação é de **R\$..... (.....)**

Item	Descrição do Item	Qtd	Und	Valor Unitário	Valor Global
1	Contratação de serviço de rastreamento, gestão e monitoramento eletrônico de veículos da Frota Municipal. Sendo que contamos com cerca de 23 (vinte e três) veículos que terão instalação imediata e 15 (quinze) veículos que terão instalação eventual, com a totalidade de 38 (trinta e oito veículos) na qual na proporção de 12 (doze) meses teremos 276 serviços imediatos e 180 serviços em casos eventuais e de novos veículos para composição da frota e/ou composição dos serviços.				

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos e executados nos veículos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, no limite de apresentação da proposta, sendo, portanto, aplicável o ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR – INPC.

7.2. Após o interregno de um ano e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante.

- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 8.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços ofertados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 8.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 8.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 8.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 8.6. a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.7. a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.8. responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.9. notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.10. Comunicar ao Contratado posterior alteração do projeto pelo Contratante na hipótese do art. 93, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 9.2. A contratada será responsável pelo fiel cumprimento de todas as obrigações relativas à prestação dos serviços de locação de veículos, respeitando integralmente as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e demais normas vigentes aplicáveis.
- 9.3. A execução dos serviços deverá ser realizada exclusivamente pela contratada, sendo vedada a subcontratação, cessão ou transferência da execução para terceiros.
- 9.4. Disponibilizar os veículos/máquinas em perfeitas condições de funcionamento, conservação, higiene e segurança, conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde, administração e assistência social, Planejamento, Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Urbano e Rural, Fazenda e Educação.
- 9.5. Garantir que os veículos/máquinas estejam devidamente licenciados, segurados e atendam às normas de segurança, ambientais e técnicas vigentes.
- 9.6. Entregar os veículos/máquinas nos locais e prazos estabelecidos pela Administração, de acordo com as solicitações formais e cronograma de uso enviado pelas Secretarias demandantes.
- 9.7. Disponibilizar motoristas habilitados, quando exigido, com Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível com a categoria do veículo, e devidamente qualificados para a operação segura e adequada dos veículos.
- 9.8. Constituem obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo de outras previstas neste Termo de Referência:
- a) **Fornecer, em regime de comodato**, todos os equipamentos de rastreamento veicular necessários à execução do objeto, devidamente homologados, compatíveis com o sistema ofertado e em perfeitas condições de funcionamento, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE;
- b) **Instalar, ativar, configurar, manter e substituir**, quando necessário, os equipamentos de rastreamento, assumindo integral responsabilidade por falhas, defeitos, avarias ou mau funcionamento, independentemente de culpa;

- c) **Disponibilizar sistema informatizado integrado de rastreamento e gerenciamento de frota**, em conformidade com todas as funcionalidades e requisitos técnicos descritos neste Termo de Referência, garantindo seu funcionamento contínuo durante toda a vigência contratual;
- d) Garantir o **rastreamento em tempo real**, o armazenamento do histórico de trajetos, a geração de relatórios, a visualização por mapas, a criação de cercas eletrônicas, alertas, identificação de motoristas, controle de abastecimento e demais funcionalidades exigidas;
- e) Assegurar que o sistema permita **acesso via plataforma web e aplicativo móvel**, com disponibilidade mínima compatível com padrões de mercado, excetuadas interrupções previamente comunicadas ou decorrentes de caso fortuito ou força maior;
- f) **Manter a integridade, confidencialidade e segurança dos dados**, observando as normas aplicáveis à proteção da informação e à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018), responsabilizando-se por qualquer incidente decorrente de falha do sistema sob sua gestão;

9.9. Suporte Técnico, Treinamento e Atualizações

- a) Disponibilizar **suporte técnico contínuo**, durante toda a vigência do contrato, por meio de canais de atendimento eficazes, visando a resolução de falhas, esclarecimento de dúvidas e manutenção do sistema;
- b) Realizar **treinamento inicial e, quando solicitado, treinamentos complementares** aos servidores indicados pela CONTRATANTE, sem custos adicionais, para correta utilização do sistema e interpretação dos relatórios;
- c) Promover **atualizações automáticas do sistema**, sempre que necessárias, garantindo evolução tecnológica, correção de falhas e compatibilidade com as necessidades operacionais da Administração, sem prejuízo das funcionalidades contratadas;

9.10. Relatórios, Dados e Fiscalização

- a) Fornecer **relatórios gerenciais e operacionais**, conforme periodicidade, formato e critérios definidos neste Termo de Referência ou solicitados pela Administração, incluindo, no mínimo, dados de quilometragem, trajetos, velocidade, motoristas, abastecimentos e alertas;
- b) Informar, nos relatórios, **eventuais falhas de transmissão de dados**, especialmente aquelas que impactem a aferição de quilometragem para fins de pagamento, conforme exigido neste Termo de Referência;
- c) **Atender prontamente às solicitações do fiscal ou gestor do contrato**, prestando informações, esclarecimentos e documentos necessários à fiscalização da execução contratual;

9.11. Responsabilidade Trabalhista, Fiscal e Contratual

- a) Manter, durante toda a execução do contrato, **todas as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, social e econômico-financeira** exigidas na licitação;
- b) Disponibilizar **pessoal técnico habilitado e capacitado** para execução dos serviços, assumindo total responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual;
- c) Responsabilizar-se por **danos causados à Administração ou a terceiros**, decorrentes de falha na execução dos serviços, nos termos da legislação vigente;

9.12. Vedações e Responsabilidades Específicas

- a) Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato, salvo se expressamente autorizado pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- b) Cumprir rigorosamente os prazos de instalação, ativação e atendimento técnico previstos neste Termo de Referência;
- c) Reparar, corrigir, substituir ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verifiquem vícios, defeitos, incorreções ou não conformidades com as especificações técnicas exigidas.

9.13. Demais condições estarão constantes do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar, partes vinculantes a este contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual de execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.3. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.4. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.5. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.9. Fraudar a licitação

11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.10.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.10.2. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.10.3. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. Multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.2.1 e seguintes, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por COMISSÃO composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação

à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal e Site da Prefeitura, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Frutal/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

MUNICÍPIO DE COMENDADOR GOMES	CONTRATADA
--------------------------------------	-------------------

Testemunhas:

1 – NOME e CPF _____ - _____ - _____

2 – NOME e CPF _____ - _____ - _____